



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Evolução Da Educação Financeira No Brasil: Uma Análise Documental

Bruno Sousa Borges¹, João Paulo Rodrigues Delmondes², Emily Tavares Pessoa Maciel³

PICOS – PI
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Biblioteca Setorial José Albano de Macêdo
Serviço de Processamento Técnico

B732e Borges, Bruno Sousa
 Evolução da Educação Financeira no Brasil: uma análise documental
 / Bruno Sousa Borges, João Paulo Rodrigues Delmondes – 2021.

 Texto digitado

 Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo -
 CSHNB

 Aberto a pesquisadores, com as restrições da biblioteca

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal
 do Piauí, Bacharelado em Administração, Picos-PI, 2021.

 “Orientadora: Emily Tavares Pessoa Maciel”

 1. Consumismo. 2. Educação financeira. 3. Ensino. 4. Planejamento.
 I. Delmondes, João Paulo Rodrigues. II. Maciel, Emily Tavares Pessoa,
 III. Título.

CDD 353.8



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO

Bruno Sousa Borges e João Paulo Rodrigues Delmondes

Evolução Da Educação Financeira No Brasil: Uma Análise Documental

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

(X) Aprovado(a)

() Aprovado(a) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 25 de novembro de 2021.

Me. Emily Tavares Pessoa Maciel
Professora do Curso - Orientadora

Dra. Geny Marques Pinheiro
Professora do Curso – Membro da Banca

Me. José Edemir da Silva Anjo
Professor do Curso – Membro da Banca

RESUMO

Este artigo procura identificar como tem sido tratada a educação financeira no Brasil nos últimos anos, e quais os impactos da mesma na vida da população. A pesquisa se classifica como bibliográfica, analisando publicações que documentam como o tema da educação financeira vem sendo tratado ao longo dos anos no país. Busca descobrir como indivíduos com educação formal sobre o tema interagem no mercado, bem como os padrões de ação de indivíduos que não possuem tal instrução. Enfatiza-se como o conhecimento sobre a educação financeira afeta os níveis de poupança e de propensão ao endividamento causado por gastos mal planejados no mercado consumidor. Percebe-se que o governo vem colocando em prática medidas para prover um nível básico de educação financeira dentro das escolas como parte da Base Nacional Comum Curricular, mas que ainda há um longo caminho a ser percorrido antes que se possa considerar o conhecimento absorvido suficiente, e quanto aos impactos do comportamento da população no mercado ainda é percebido as deficiências que parte da população tem quando a esse conhecimento específico.

Palavras-chave: Consumismo. Educação financeira. Ensino. Planejamento.

ABSTRACT

This article sought to identify how financial education has been treated in Brazil in recent years, and what its impacts on the population's lives are. The research is classified as bibliographical, analyzing publications that document how the theme of financial education has been treated over the years in the country. We sought to discover how individuals with formal education on the subject interact in the market, as well as the action patterns of individuals who do not have such education. A focus was also given to how knowledge about financial education affects the levels of savings and propensity to indebtedness caused by poorly planned spending in the consumer market. It was noticed that the government has been putting in place measures to provide a basic level of financial education within schools as part of the Common National Curriculum Base, but that there is still a long way to go before the absorbed knowledge can be considered sufficient, and regarding the impacts of the population's behavior in the market, the deficiencies that part of the population have regarding this specific knowledge are still perceived.

Keywords: Financial education. Consumerism. Teaching. Planning.

1. INTRODUÇÃO

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), define educação financeira como o processo que permite melhorar a compreensão em relação aos produtos e serviços financeiros, tornando os seres humanos capazes de fazer escolhas bem informadas e mais assertivas.

Em um mundo no qual mercados se tornam cada vez mais complexos e conectados, novos produtos e serviços estão constantemente sendo apresentados para os consumidores. É comum que o consumismo crescente leve o indivíduo a comprar mais do que pode pagar.

Problemas como endividamento e inadimplência vem dificultando a vida das famílias brasileiras. O dinheiro economizado por essas famílias muitas vezes é pouco, ou mesmo inexistente, o que é extremamente prejudicial no caso de uma emergência. Percebe-se que nos últimos tempos ocorreu um crescimento significativo de endividamento entre a população

brasileira. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (2019) 774,4 mil famílias brasileiras não são capazes de pagar suas dívidas no fim do mês.

Como na maioria dos campos acadêmicos, é de se esperar que classes sociais mais baixas tenham acesso a um nível educacional inferior em comparação a membros de classes mais privilegiadas. Isso é especialmente prejudicial quando se trata de educação financeira, uma vez que as classes mais vulneráveis são as que mais necessitam do conhecimento nessa área.

Sendo a educação financeira algo que afeta diretamente a vida de todos os cidadãos, é importante que os estudantes recebam logo cedo instrução básica sobre o tema. Os jovens saem do sistema educacional e são confrontados com um mundo no qual o consumismo é incentivado, dia após dia, com mais e mais produtos e novas versões de produtos mais antigos.

A orientação que geralmente esses jovens recebem sobre o assunto vem de suas famílias. Sendo sabido que os pais desses estudantes passaram por processo educacional similar ou inferior aos seus filhos, muitos não possuem conhecimento sobre o tema para preparar essas crianças e adolescentes para o mundo. Silva *et al.* (2017) atestaram que não há uma educação financeira efetiva entre os jovens estudantes do ensino médio, em parte porque muitos dos jovens não são obrigados a explicar aos pais em que estão gastando seu dinheiro. Os alunos têm adquirido, em boa parte, conhecimentos financeiros de suas famílias, e no dia a dia, porém há pouco diálogo, no ambiente familiar, sobre esses assuntos.

Mesmo no ensino de nível médio, a menos que se trate de um curso específico de áreas como administração, contabilidade e economia, não são passados aos alunos conceitos básicos sobre finanças pessoais, e mesmo aqueles que futuramente ingressam em cursos com algum foco nessa área, eles iniciam nesses cursos sem um conhecimento prévio sobre o que irão enfrentar. O que nos apresenta o problema de pesquisa: O que a falta da educação financeira afeta na vida dos brasileiros?

Dentro de uma sociedade, os impactos dos padrões de consumo da população afetam direta ou indiretamente todos os membros. A educação financeira pode ser um instrumento estratégico para que se tenha sustentabilidade no crescimento econômico brasileiro, o que beneficiaria vendedores e consumidores, pois proporcionaria estabilidade nos padrões de compra e de pagamento.

O objetivo geral desse trabalho é identificar como a falta de educação financeira impacta na vida da população. Para tanto, tem-se como objetivos específicos, identificar qual foi a evolução da educação financeira nos últimos anos como também descrever quais medidas foram tomadas para promover a educação financeira no sistema de educação e destacar a efetividade da educação financeira ao longo dos anos. Essa pesquisa se classifica como exploratória, descritiva e bibliográfica, realizada por meio da análise de publicações e dados sobre a educação financeira no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Financeira: Conceitos

O controle de gastos e pessoais é de suma importância para todo cidadão, sem exceção. Não importa quanto dinheiro o indivíduo tenha, se não existir a preocupação com as finanças, mesmo fortunas relativamente grandes podem se esvaír de forma inesperada. Para jovens que não estão a par de como anda a receita da família, é comum agir como se o dinheiro nunca fosse acabar, e ao sair da casa dos pais e passar a cuidar do próprio capital, esses jovens se encontram vulneráveis aos desafios do equilíbrio financeiro entre ganhos e gastos.

Os padrões de consumo contemporâneos se mostram um obstáculo para o bom controle de gastos. Oliveira (2013) afirma que o controle do dinheiro é uma arte, onde os avanços

tecnológicos e dos meios de comunicação estimulam o consumismo desenfreado para que se consiga possuir os novos produtos no mercado.

Planejar gastos, guardar dinheiro e organizar contas podem ajudar o indivíduo a ter mais qualidade de vida e menos dor de cabeça. Há o engano de acreditar que o termo educação financeira se refere a estudos, cursos, palestras e muita teoria. Educação financeira vai além: tem a ver com organizar as finanças, saber o quanto ganha e gasta, planejar as contas e pensar no futuro.

A importância da educação financeira é justificada pela capacidade de aprimorar a habilidade do indivíduo de entender como o dinheiro funciona. Ter controle do dinheiro e ter uma quantia guardada para lidar com imprevistos e realizar objetivos são vantagens de um planejamento pessoal.

O desconhecimento no planejamento financeiro, seja individual ou familiar, pode ter origem nas décadas de alta inflação, onde não havia uma real necessidade e interesse de projetar o orçamento para os meses seguintes, indicando a forte visão mais de curto prazo do consumidor (BRONZATTO, 2011). Contudo, nos dias de hoje uma boa educação financeira é o diferencial na vida pessoal ou familiar de muitas pessoas e sua falta causa desequilíbrios como a inadimplência e atinge necessidades básicas.

A realidade é que não existe, no Brasil, em boa parte da população, a cultura do poupar e investir. Em épocas de alta ou baixa inflação, planejamento financeiro ou construção de orçamentos não é costume presente na rotina do brasileiro, problema este que acarreta consequências negativas na vida de famílias ou indivíduos solteiros. Práticas que ausentes demonstram que o brasileiro não sabe lidar com o dinheiro e o que ele pode proporcionar.

Hogarth e Hilgerth (2002) alertam que defensores e articuladores de projetos de educação financeira argumentam, que, o mercado financeiro do século XXI se tornou mais complexo, o que apresenta importantes desafios para os órgãos reguladores e para os clientes de instituições financeiras serem capazes de evitar o endividamento.

A tentação a todo momento, oriundas de instituições financeiras, de várias facilidades e ofertas de crédito, que doutrinam a falsa ilusão que o necessário para a contratação de um empréstimo é dispor de parcelas que cabem no bolso, escondendo por trás altos juros mostram o quão vulnerável é o brasileiro que não entende sobre taxas de juros no mercado. O desconhecimento de noções básicas de economia, sinônimo da falta de educação financeira acabam por comprometer boa parte da renda do trabalhador brasileiro.

2.2 Cenário Atual

Hoje, os produtos se tornam obsoletos a uma velocidade alarmante. Fabricantes de produtos eletrônicos podem se utilizar dessa obsolescência para vender aos seus consumidores novas versões de produtos que podem não ser necessários. Em nenhum outro período histórico foi tão fácil alcançar possíveis compradores com ofertas das mais variadas mercadorias. O clique de um botão separa o cidadão comum de uma infinidade de produtos e serviços que podem ser comprados e consumidos num piscar de olhos.

Birochi e Pozzebon (2016) apontam que um programa de educação financeira efetivo precisa levar em conta sua aplicabilidade para pessoas de baixa renda na região em questão antes de focar no desenvolvimento de soluções para um nível mais específico superior.

Como decorrência dessa argumentação, percebe-se que um mundo que interliga e que vincula tecnologicamente cada vez mais consumidores e instituições financeiras, pressupõe que os indivíduos devam ser financeiramente mais educados. A necessidade de um consumo consciente, mais sustentável, deve incluir dimensões da vida cotidiana. Apesar desta constatação, nota-se que a ampliação e facilidade de acesso aos produtos e serviços, sem a

devida e correta orientação aos consumidores, é uma das principais causas dos crescentes níveis de endividamento dos consumidores.

O analfabetismo financeiro e todos os problemas que ele causa, levam o país a lidar com problemas sociais e coletivos. Cresce a preocupação com o aumento da inadimplência, pois, quanto menos dívidas pagas, menos dinheiro circula no mercado, acarretando assim, em algumas consequências sociais e coletivas: receitas de empresas diminuem e afetam fornecedores e distribuidoras numa cadeia de prejuízos; cresce o desemprego com a inadimplência das empresas causada pelo déficit; instituições financeiras negam ou limitam crédito para evitar a inadimplência. Esses pontos contribuem para uma bola de neve de problemas financeiros particulares que afetam a economia da nação (BANCO BARI, 2021).

No ano de 2004 houve um rápido aumento na oferta de crédito no mercado brasileiro, devido fatores como a valorização da moeda nacional no período em questão (SBICCA, 2012). Fruto disso, a modalidade de crédito mais utilizada até hoje foi o cartão de crédito. Essa modalidade de crédito utilizada exponencialmente pela classe C deu um poder de compra maior a mesma, que, por ter um poder de compra restrito, não soube lidar com o novo padrão de consumo que acarretou dívidas pela falta de educação econômica.

Segundo a Revista Exame (2012) que cita falas da entrevista do presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) afirmando que a facilidade de acesso aos cartões de crédito e seu crescimento junto das partes mais pobres da população, tem, de forma crucial, contribuído para a elevação do endividamento dos consumidores mais pobres. De acordo com a CNDL, as classes em questão ainda não se acostumaram com o maior poder de compra e terminam culminando no endividamento. O desconhecimento das ferramentas do cartão de crédito, resulta na inadimplência dos consumidores que deveriam ser mais instruídos de forma educacional em relação a noções básicas de economia.

O brasileiro deve adotar a educação financeira na atualidade para enfrentar as atuais condições e previsões da economia do país, como recessão econômica e taxas de juros. Como indica a pesquisa da FGV (2020, p. 15):

(...) as projeções para o ano de 2020 tem mudado significativamente a cada nova divulgação, sendo que o impacto no PIB, inicialmente previsto para ser de crescimento 2,17%, é agora estimado em retração de 2,96%. Interessante apontar, no entanto, que a estimativa de crescimento do PIB em 2021 foi aumentada, o que revela a expectativa de reversão razoavelmente rápida da recessão esperada em 2020. Os impactos de longo prazo são percebidos especialmente na taxa Selic, para a qual é previsto impacto devido ao COVID-19 até 2023, com sua redução em relação ao que era esperado inicialmente.

No Brasil, a taxa de desemprego em 2020 atingiu a marca de 13,5% da população devido a pandemia. Os trabalhadores informais foram os primeiros a serem afetados. Pessoas com trabalho formal se mantiveram estáveis por algum tempo devido custos de demissão que as empresas iriam enfrentar. Micro e pequenas empresas foram as mais afetadas, em especial nos setores de turismo, alimentação fora de casa (bares e restaurantes) e transporte. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020).

A rápida e crescente taxa de desemprego no Brasil forçou o governo a adotar políticas de renda objetivadas a assegurar o bem estar da população. A principal e mais conhecida foi o Auxílio Emergencial, benefício este destinado a trabalhadores informais, autônomos, desempregados e micro empreendedores individuais (MEI), que receberam 3 parcelas iniciais de R\$ 600,00 que posteriormente foram estendidas. Estima-se que 70 milhões de brasileiros foram beneficiados pelo auxílio do governo (BECKER, 2020).

O planejamento financeiro pessoal é essencial em tempos de crise, pois independente de idade, profissão, renda ou objetivo é imprescindível controlar e organizar as finanças. Dessa

forma, um bom planejamento será a chave para o sucesso material, financeiro e pessoal. Segundo Blanco (2014), o quanto antes entendermos a importância do planejamento financeiro, melhores decisões financeiras podemos tomar, uma vez que muito dos problemas financeiros se originam nos hábitos e crenças equivocadas sobre o dinheiro, trabalho, consumo e investimento.

2.3 Ensino da Educação Financeira

A educação financeira já começou a ser inserida no sistema educacional, mas mesmo instituições que inseriram esse conhecimento em suas grades ainda não se aprofundaram o bastante no tema. Segundo Carvalho e Scholz (2019) apesar de algumas escolas já terem inserido a educação financeira em suas grades curriculares, os conteúdos financeiros aplicados não atendem às demandas dos estudantes. Lidar com as consequências de gastos mal planejados é uma prática que precisa ser estimulada. Dias e Santos (2020) apontam que não é comum que indivíduos examinem seus gastos para identificar onde cortar desperdícios, e isso dificulta a estruturação das finanças pessoais, impedindo a adoção de condutas mais responsáveis com o próprio dinheiro.

A falta dessa educação na infância mostra suas consequências na vida adulta. Ao entrar na adolescência, esses alunos passam a fazer parte do mercado consumidor. Efetuando suas compras muitas vezes de forma despreparada ou impulsiva, os impactos do analfabetismo financeiro afetam não somente esses novos compradores, mas todos os envolvidos no processo de compra e venda. Seja por compras a prazo para com as quais os compradores não são capazes de honrar seus compromissos, ou tendências de compra que formam uma bolha no fornecimento de produtos para os quais não haverá interesse no futuro.

Um traço da cultura brasileira, o costume de viver um dia após o outro sem planejamento, coloca o cidadão numa situação na qual ele(a) precisa perseguir suas dívidas de forma reacionária, ao invés de se programar de forma proativa para efetuar suas compras de maneira controlada. Essa mentalidade seria menos comum se o sistema educacional proporcionasse aos estudantes uma base sólida de educação financeira pare que esses alunos chegassem à vida adulta mais preparados para lidar com suas finanças pessoais.

Mediante tal situação no cenário atual, em 2020, o Ministério da Educação (MEC) incrementou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o ensino de educação financeira. Conceitos básicos de economia e finanças devem ser ministrados já no ensino fundamental, como taxas de juros e inflação, enquanto o ensino médio deve apresentar assuntos mais complexos.

Tais medidas já deveriam ter sido implantadas a muito tempo no Brasil. Desafios como a formação de professores capacitados e a oferta de material didático adequado para cada faixa etária estão dificultando ainda mais a implementação dessa solução, e ainda, o órgão que seria responsável pela capacitação dos professores (AEF – BRASIL) encerrou suas atividades no ano de 2020. Tais acontecimentos estão atrasando a aplicação do ensino da educação financeira nas salas de aula.

Em agosto de 2021 o governo, através do Ministério da Educação (MEC) com parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), começou agir para superar esses obstáculos. Criou o Programa Educação Financeira nas Escolas, o programa tem o objetivo de oferecer aos professores cursos gratuitos de formação em educação financeira, para que o tema esteja presente nas salas de aula. A expectativa inicial é a de capacitar, em três anos 500 mil professores que poderão levar o tema a mais de 25 milhões de estudantes brasileiros.

Foi também iniciado pelo governo, por meio do Banco Central, um programa com a participação de estudantes para o desenvolvimento de competências financeiras. O programa

Aprende Valor ainda está em fases de testes, e com sua aprovação, deve ser implementado em todo território nacional de forma presencial ou a distância com uma grade de cinco a dez aulas.

Existe uma certa relação entre desigualdade social e educação financeira. As avaliações mostram que o Brasil tem muito a avançar. No último relatório do Programa internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), o Brasil ocupou a 17ª posição no ranking entre 20 países participantes. A dificuldade não é privilégio do Brasil, pois, há uma grande assimetria entre os países analisados: estudantes com melhores condições financeiras apresentam ter mais conhecimento sobre finanças.

No Brasil, a situação é mais grave nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, onde estão, respectivamente, apenas 7% e 8% das escolas do país que trabalham o conteúdo, segundo a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF Brasil). O que é um grande problema, pois esse ensino é ainda mais importante e necessário em regiões mais pobres.

2.4 Educação Financeira nas Escolas e Institutos de Educação Superior da área de gestão financeira

Estudantes de cursos como administração e contabilidade a nível superior recebem instruções sobre matemática financeira e como aplicar os conceitos de finanças em sua vida profissional, e muitos desses conceitos podem ser aplicados na vida pessoal para uma maior saúde financeira, mas a falta de conhecimento prévio sobre o tema atrasa a absorção desse conteúdo.

Para Carvalho e Scholz (2019) a didática dos cursos superiores é afetada pela falta de conhecimento prévio dos alunos, sendo que os mesmos nunca tiveram acesso a esse conhecimento durante sua vida acadêmica até então. Se esses indivíduos chegassem ao nível superior já com noções básicas sobre o tema, as instituições de ensino poderiam focar em aprofundar e solidificar o conhecimento dos alunos sobre o tema de forma mais eficiente, possibilitando a instrução de conceitos mais complexos dentro dessa temática.

Carraro e Merola (2018) apontaram como adultos que receberam capacitação de educação financeira valorizam as aulas e o acompanhamento prestado, onde os mesmos passaram a anotar seus gastos e relataram a melhora na sua situação financeira pessoal após um curso especializado no assunto.

A deficiência nesse conhecimento se mostra presente mesmo após a entrada na vida profissional. Em pesquisa realizada por Silva, Neto e Araújo (2017) com servidores públicos, foi constatado o baixo nível de educação financeira dos servidores, e suas dificuldades em identificar os riscos inerentes às decisões financeiras.

A educação financeira mostra sua influência na probabilidade de um indivíduo se inserir no mercado de investimento, como evidenciado pelo estudo de Amorim *et al.* (2018) mas, a relação positiva da educação financeira com a propensão a investimentos mostra que a maior parte do país não está preparada para tirar proveito disso.

A juventude não é completamente desligada da importância da educação financeira. Como apontado na pesquisa realizada por Minella *et al.* (2017, p. 199):

Dados mostram que a cultura do jovem mesmo não obtendo condições que permitam conhecer métodos e técnicas capazes de exercer a educação financeira, é capaz de fazer com que seu salário se transforme como ativo e passivo diante da posição em que exercem. Exercer o processo de educação financeira é uma tarefa complexa, pois, o incentivo ao consumo, investimentos em publicidade e propaganda, preços, prazos para pagamento, formas de oferta ao consumidor, induzem muitas vezes às compras compulsivas.

Assim como os cartões de créditos, os bancos são fatores capazes de influenciar nos gastos. Gerentes procuram facilitar os desejos dos clientes, mas não consideram a interferência da instituição na qual trabalham na vida financeira saudável desses indivíduos. A Pesquisa realizada por Camargo, Junior e Strehlau (2020) sobre o papel dos gerentes de banco na educação financeira mostrou que esses gerentes não têm confiança, ou em alguns casos ciência do seu papel quanto à educação financeira, o que influi na situação de vulnerabilidade dos consumidores desses serviços. Pesquisa realizada por Andrade e Lucena (2018) apontou que em geral os acadêmicos entrevistados reconhecem a importância da educação financeira, mas muitos não atribuem muita relevância aos impactos dos cartões de crédito.

A aplicação desses conhecimentos nas próprias vidas dessas pessoas se reflete não apenas individualmente, mas também na saúde do mercado no qual essas pessoas atuam, seja como consumidores ou fornecedores. Isso significa que as esferas governamentais poderiam utilizar a disseminação dessas informações como uma ferramenta que auxilie na manutenção da qualidade de vida da sua população.

De acordo com Dias e Santos (2020) a adição da educação financeira na grade curricular das escolas e universidades, bem como a implementação de projetos pedagógicos específicos para esse tema, estimulará a capacidade das famílias brasileiras de controlar suas finanças, controlando o nível de inadimplência ao efetuar a aquisição de bens ou mesmo durante o processo de empreender.

Dentro do atual cenário mundial que incentiva o consumo de forma predatória, famílias nas quais os membros não tiveram acesso à educação financeira tem um desafio enorme a enfrentar. Para Carvalho e Scholz (2017, p. 104):

Perante essa falta de orientação financeira que a sociedade se encontra, observa-se o aumento de famílias brasileiras endividadadas que não sabem como administrar e aplicar suas rendas de forma cautelosa e positiva. A população brasileira está cada vez mais consumista, deixando-se levar a compras e investimentos impulsivos, sem o devido controle, tais ações não planejadas acarretam em dívidas não programadas. Pode-se reportar uma interpretação sobre esse fato a possibilidade de as pessoas fazerem mau uso do dinheiro por terem carência de conhecimento financeiro. Entende-se, todavia, que administrar o dinheiro e os recursos financeiros não é uma tarefa fácil para aqueles que nunca tiveram a educação financeira presentes em sua vida e esta falta de conhecimento reflete na presente instabilidade econômica do país.

Enquanto Ribeiro (2020) descreve como a OCDE e diversos fóruns internacionais consideram a educação financeira como indispensável para o bem-estar da população e para o desenvolvimento socioeconômico, recomendando a adoção de estratégias nacionais com o intuito de fazer com que os indivíduos estejam preparados para lidar com as decisões em relação às suas finanças e que mesmo assim esse conhecimento não recebe a prioridade necessária no Brasil.

Como dito anteriormente, as consequências das interações desses indivíduos pouco informados sobre as finanças pessoais no mercado, se acumulam e causam instabilidade econômica em escala nacional. Todos esses aspectos apresentados mostram como a saúde financeira pode se fragilizar caso haja um descuido em qualquer um dos pontos da vida do indivíduo, e como a falta de uma instrução apropriada é prejudicial para a inserção desses indivíduos no mercado no começo de sua vida adulta.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se classifica como exploratória, descritiva e bibliográfica, realizada por meio da análise de publicações referentes a evolução da educação financeira no Brasil,

utilizando as bases de dados do Google Acadêmico, SciELO e Spell. A pesquisa em questão vem a ser realizada tendo-se em vista o ensino da educação financeira em instituições de ensino, bem como o conhecimento empírico da educação financeira, e como a população leva esse conhecimento em consideração enquanto age no mercado consumidor.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Consumismo

A sabedoria popular alerta sobre “ter o olho maior que a barriga” esse é um conceito que pode ser aplicado para compras e consumismo. O acesso a alternativas de créditos proporciona ao consumidor a possibilidade de literalmente gastar mais dinheiro do que possui, deixando para se preocupar em como arcar com essas dívidas apenas quando a hora do pagamento chegar.

A fácil disponibilidade de crédito para consumo pessoal é um forte incentivo para gastos mal planejados. Em pesquisa realizada por Da Silva *et al.* (2020) com servidores da Universidade Federal do Ceará, foi constatado como a facilitação do acesso ao crédito, bem como o impacto do consumismo no status social podem incentivar o endividamento de consumidores, dívidas essas que mesmo quando pequenas, colocam em risco a saúde financeira do indivíduo.

A economia brasileira sempre sofreu de certa instabilidade. Constantes mudanças na conjuntura econômica por cima de uma preocupação insuficiente do sistema de educação com a alfabetização financeira intensificam o cenário de incerteza para consumidores e fornecedores à mercê do mercado. Apreensivos com a constante flutuação, um consumo menos dispendioso tem se mostrado necessário.

Rodrigues *et al.* (2021), apontam como o consumo minimalista, onde se procura gastar somente com o necessário e evitar gasto exacerbados, é uma alternativa ao consumismo vigente. Este tipo alternativo de consumidor se preocupa com os impactos ambientais e sociais que seu consumo causa, e está mais atento às consequências de suas interações no mercado consumidor.

Mesmo sem planejamento, comprar algo é um estímulo de prazer e acalma muitos brasileiros. Uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (2016) aponta que mais de um terço (36,3%) dos entrevistados usa esse método para aliviar a tensão do cotidiano. Pessoas de classes A e B (40,2%) são as maiores praticantes desse costume, especialmente as mulheres, que correspondem por 43,7%. Por outro lado, as mesmas instituições, provam que as classes C, D e E são as que mais compram sem necessidade (motivadas por promoções). Tais números deixam claro o quanto o consumismo está presente entre os brasileiros e que esse comportamento consumidor está em todas as classes sociais.

O avanço tecnológico constante também se mostra um estímulo para gastos considerados desnecessários, fazendo com que consumidores enxerguem esses produtos como símbolos de status. Em estudo publicado por Silva *et al.* (2020) foi constatado que o consumo de produtos tecnológicos pode ser influenciado pela propensão do indivíduo de adotar uma inovação mais cedo que outros do seu grupo social.

Com a globalização e constante aumento do consumo de tecnologias que conectam ainda mais pessoas às mídias, o marketing cresceu e passou a induzir ainda mais as pessoas ao consumismo por meio de uma nova visão de como vender e apresentar produtos. Segundo Steve Jobs: “as pessoas não sabem o que querem até você mostrar a elas” (ISAACSON, 2011, p. 300). Um produto que antes só era vendido numa determinada região - por razões tecnológicas ou

difficuldade de acesso, passou a ser acessível em qualquer lugar do mundo. Assim é o marketing, influenciando cada vez o consumo no Brasil e no mundo.

Por um lado científico, marketing significa mercadologia, ou seja, estudo de mercado, demonstrando ser um mecanismo administrativo que propicia a análise de tendências e a elaboração de novas ocasiões de consumo, cogitando a satisfação do consumidor e, dessa forma, satisfazendo aos propósitos financeiros das empresas.

Com a facilidade de crédito, cedida por investimentos bancários, os consumidores escolhem financiar suas compras ao invés de comprá-las à vista, assim, muitas vezes, acarretando descontrole financeiro. (RASSIER, 2010). Dívidas podem ser oriundas por despesas não planejadas, por despesas sazonais ou realizadas por impulso (compras realizadas apenas para satisfazer o desejo de autorrealização) ou pouco conhecimento financeiro (BANCO CENTRAL, 2017). Katona (1975) já argumentava que existiam três razões para uma pessoa gastar mais do que ganha: 1) baixa renda, impedindo que sejam pagas até mesmo as despesas essenciais; 2) alta renda, aliada a um forte desejo de gastar; ou 3) dificuldade de economizar independente da renda auferida.

4.2 Pandemia

A situação financeira de muitos cidadãos sofreu um grande golpe com o início da pandemia da COVID-19. Com a interrupção das atividades consideradas não-essenciais, trabalhadores das mais diversas áreas viram suas fontes de renda serem extremamente reduzidas ou em casos mais extremos, completamente cortadas. Em pesquisa realizada por Costa (2020) foi observado que muitos trabalhadores informais perderam sua fonte de renda em virtude da paralisação das atividades, e um grande número de empresas recorreram à demissão de seus funcionários. Com isso era esperado um crescimento 40,8% na taxa de informalidade.

Se o planejamento financeiro das famílias já era inadequado em um dia a dia normal, a situação que se ocorreu se torna praticamente impossível de se navegar. Em pesquisa realizada por Mette, Araldi e Rohde (2018) foi constatado que o comportamento financeiro e o conhecimento financeiro influenciam negativamente na inadimplência, onde quanto mais conscientes forem as atitudes financeiras, menor a probabilidade de se cair na inadimplência.

Com a renda das famílias reduzida, a tendência é que os níveis de endividamento, que já são elevados no Brasil, se tornem ainda mais severos, seja pela incapacidade de arcar com as dívidas pré-existentes ou pela necessidade de tomar novas dívidas para sobreviver enquanto aguarda o retorno a normalidade.

Com esses desafios em mente, o Governo Federal tomou medidas visando proteger a situação social de trabalhadores sem renda garantida. A Lei nº 13.982 de 2 de abril de 2020 põe em vigor, entre outras medidas, a disponibilização do Auxílio Emergencial. Microempreendedores individuais (MEI), trabalhadores informais, autônomos e desempregados com renda de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo per capita ou renda familiar total de no máximo 3 salários mínimos, tiveram acesso ao auxílio de R\$ 600,00. Por outro lado, não foram dadas instruções, recomendações de como deveria ser aproveitado o benefício, tão pouco houve mobilização de educação financeira, o que resultou em gastos supérfluos por parte da população.

O portal do Governo Federal anunciou o aumento no número de MEIs atuando no Brasil ao longo do ano 2020. O crescimento foi de 8,4% em relação ao ano anterior. Na data de publicação, os MEIs já respondiam por 56,7% dos negócios em funcionamento no Brasil. A baixa oferta de postos de trabalho fez com que muitos buscassem abrir seus próprios micro negócios como forma de se sustentar, alguns com mais sucesso que outros.

4.3 Endividamento das famílias brasileiras

O endividamento da população está associado a vários fatores, como o uso do cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, financiamento de veículos e altas faturas do cartão de crédito. Uma pesquisa feita pelo Jornal Extra (2014), relatou que seis em cada dez inadimplentes estão com faturas do cartão atrasadas. E, o principal motivo que impede a quitação das dívidas é a falta de controle ou planejamento financeiro. Além disso, uma pesquisa do Banco Central do Brasil divulgada em março de 2013, demonstrou que o brasileiro está a cada ano comprometendo mais a sua renda com pagamento de dívidas e o grau de endividamento cresce em uma linha ascendente, sem projeção de reversão do cenário (MENDES, 2016).

A redução expressiva dos juros deu abertura a um cenário de facilidade de acesso ao crédito, porém gerou ilusão em grande parte dos brasileiros que acabaram contraindo dívidas, sem ter condições de pagá-las. Dessa forma, a maioria dos brasileiros só se dão conta do prejuízo, quando o nível de endividamento chega ao extremo. De acordo com Seabra (2010), “as pessoas contam com todo o salário para gastar, não poupando nada. Ou pior: além de gastarem todo salário, ainda acumulam dívidas através de empréstimos e compras parceladas com juros”, o que agrava mais ainda a situação financeira. (TEIXEIRA, 2015).

Segundo Martins (2004), a necessidade de ostentar e a vaidade são sentimento que tendem a conduzir as pessoas a fazerem gastos exagerados, na hora errada, de maneira impensada e abusiva, transformando-a em uma máquina destruidora de dinheiro. É desse ponto que advém as maiores armadilhas, como por exemplo, comprar coisas desnecessárias e por impulso. Ainda de acordo com Pereira (2010), os gastos se tornam prêmios individuais que representam a oportunidade de esquecer as frustrações da vida, no trabalho e nos relacionamentos amorosos ou familiares. Funciona como uma terapia, mas está muito mais relacionada com compulsão.

Empregar tempo e dinheiro para cuidar da sua educação emocional e da instrução financeira pode ser uma gostosa aventura; a felicidade está na própria jornada e não na chegada. Abraçar um projeto de aprendizado e crescimento pessoal é uma boa maneira de dar novo colorido à vida, além de propiciar resultados que o surpreenderão: mais dinheiro, mais liberdade, melhores opções e mais tranquilidade. (MARTINS, 2004, p. 70).

A maioria das pessoas só se dão conta quando o nível de endividamento chega ao extremo, quando a situação financeira já está muito crítica. Assim, é preciso se desvincular de velhos hábitos, definir prazos e objetivos e tentar alcançá-los. Com o passar do tempo, essa mudança de comportamentos irá refletir em bons resultados e na melhoria da qualidade de vida. Luquet e Assef (2007) afirmam que “o remédio não é mudar a receita, mas essencialmente gerir melhor o que se tem”. Assim, o correto não é esperar que a renda aumente, mas gerir melhor o que se possui. Portanto, se faz necessário elaborar orçamento mensal com as receitas e despesas, controlar as dívidas e criar uma reserva para emergências, o que irá exigir educação financeira e disciplina.

4.4 Planejamento financeiro pessoal

Se planejar financeiramente, por meio de ações, controles e procedimentos, possibilita montar um orçamento, acompanhar as contas e ainda verificar se há sobra ou falta de recursos. Caso haja sobra, é necessário analisar quais as opções de investimentos disponíveis e que mais se adequam ao perfil do indivíduo.

O conhecimento perfeito das disponibilidades ou faltas de recursos, permite o melhor gerenciamento, ou seja, buscar recursos ou fazer investimentos, adiar compromissos, antecipar projetos, montar um orçamento visando a solução de problemas, planejar investimentos, antecipar-se aos problemas, não ser pego de surpresa, montar um planejamento visando atingir metas. Especialmente devido ao fato de que o mercado financeiro se tornou nas últimas décadas mais dinâmico e complexo. (MELO, 2012)

A falta de um enfoque nas finanças pessoais nos cursos superiores se mostra forte, e segundo Del Fiori *et al.* (2017) observou-se que mesmo alunos de pós-graduação estão endividados de forma semelhante a pessoas que não foram tão adiante em uma carreira acadêmica. Ainda que seja possível identificar um interesse desses alunos de nível superior sobre o assunto, não se identifica práticas referentes ao mesmo.

Mesmo alunos de cursos da área de gestão (Contábeis, Administração, Economia etc.) mostram lacunas no conhecimento de finanças pessoais. Pesquisa realizada por De Sousa *et al.* (2019) apontou que mesmo no curso de ciências contábeis, grande parte dos acadêmicos acaba necessitando de auxílio de familiares ou de instituições financeiras por não saber gerir seus recursos.

Uma boa gestão das finanças pessoais pode trazer benefícios para o macroambiente como um todo. Mette (2015) aponta que a implementação da educação financeira pode amenizar efeitos de crises econômicas e acelerar a recuperação econômica do país que esteja passando pela crise em questão.

Em pesquisa sobre o endividamento dos jovens brasileiros realizada por Messias, Da Silva e Silva (2015) a maioria dos pesquisados possuíam um endividamento superior a R\$1.000,00 e muitos citaram o despreparo para lidar com suas finanças pessoais. Muito desse endividamento vindo do uso do cartão de crédito, sendo que a faixa etária média dos usuários de cartões tem caído consideravelmente. Da Silva, Da Silva, Ferreira e Castro (2020) explicam que o fácil acesso ao crédito no Brasil em consonância com o desejo de consumo e necessidade de status contribui para o perpetuamento do endividamento.

Esse tema se diferencia de outras áreas acadêmicas por ter um impacto direto no dia a dia do cidadão. Mas, como todo conhecimento, não basta apenas que se estude sobre ele, é necessário colocar os conceitos em prática.

Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo, Iorio, Assis e Chiroto (2017) constataram que indivíduos analisados em muitos casos possuíam conhecimento sobre planejamento financeiro, entretanto a maior parte dessas pessoas não colocavam em prática os métodos de controle de finanças e monitoramento de gastos.

Esses resultados indicam a propensão da população para tratar o controle financeiro com um pensamento posterior às compras, o que não permite tirar o maior proveito dos conceitos de educação financeira, que se aplicados de forma assídua, funcionam para prevenir problemas monetários causados por compras mal planejadas.

A CNN Brasil trouxe em uma nova matéria dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) que apontam que 71% das famílias brasileiras estão endividadas atualmente devido à crise econômica mundial trazida pela pandemia do novo Corona Vírus. Nesse sentido, fora fatores externos (atuação de medidas econômicas do governo) a solução se vê na educação financeira para não aumentar essa porcentagem e conscientizar a população das escolhas e atividades corretas a serem tomadas nessa nova realidade.

4.5 Políticas públicas na educação financeira

A educação financeira tem se mostrado cada vez mais importante de ser estudada, seja por profissionais da área, para empreendedores, ou para qualquer cidadão que exerce o seu

papel de consumidor na dinâmica de mercado. Lidar com as finanças vem se tornando cada vez mais complicado e a má gestão do dinheiro ocasiona consequências cada vez mais sérias à população. Nesse sentido, o incentivo a promoção de políticas públicas que visem educar financeiramente a população, se torna essencial (COSTA; MIRANDA, 2013).

No entanto, a atuação do governo federal no que diz respeito à implementação de políticas públicas ainda é pouca, mas podemos dizer que já existem iniciativas relevantes. Como exemplo, em 2007, o deputado federal João Rodovalho levou à discussão na Câmara o Projeto de Lei 306/07 que busca incluir no currículo do ensino fundamental e médio disciplinas de educação financeira e de direitos e deveres do cidadão. A proposta é ministrar aulas a partir da 5ª série do ensino fundamental de forma obrigatória em todo país, a ideia seria ajudar na conscientização dos jovens, integrando-os à sociedade, para que os mesmos possam ter responsabilidade com o dinheiro, evitando o desperdício e consumo exagerado (BRASIL, 2007).

Em dezembro de 2010, foi instituída pelo Decreto nº 7.397 a Estratégia Nacional de Educação Financeira nas Escolas, desenvolvido como uma ação que faz parte da ENEF. Com o propósito de elaborar um documento norteador para que a Educação Financeira nas Escolas entrasse nas instituições escolares, foi criado o núcleo de apoio pedagógico – GAP, do qual participam representantes dos setores educacional e financeiro e de instituições da sociedade civil. Assim, acredita-se que o tema educação financeira possa contribuir com a construção das competências necessárias para que os estudantes possam enfrentar desafios (BRASIL, 2010).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divulgou em março de 2018 que incluiu, em dezembro de 2017, a Educação Financeira entre os temas que deverão estar presentes nos currículos em todo o território brasileiro, desde então o tema passa a ser incorporado a propostas pedagógicas de municípios e estados. Atuando como uma matéria independente, acredita-se que a inclusão da Educação Financeira vai ajudar o aluno a planejar sua vida e tomar sábias decisões financeiras. (MEC, 2018)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo verificou-se que a educação financeira no Brasil tem sido um processo em constante construção. Contudo, ainda possui uma evolução a passos lentos para o consumidor brasileiro em geral, uma vez que os períodos de estabilidade econômica proporcionaram um ambiente favorável para o consumo como peça-chave para o crescimento do país, muitos consumidores emergentes que se utilizaram de facilidades de crédito, sem planejamento e unicamente para o atendimento de desejos de consumo, resultando no aumento de inadimplência, apresentando a adoção da educação financeira, ainda que tardiamente, como uma estratégia de socorro para os endividados.

O que valida que a educação financeira no Brasil evoluiu de forma a ser uma ferramenta utilizada para reação, adotada nos períodos de crise, ao invés de ser utilizada para o controle, crescimento e desenvolvimento de modo a prevenir uma decaída da condição financeira, e para os que buscaram e seguiram-na, compreendeu-se que a educação possibilitou uma maneira para recomposição da situação financeira.

Assim, demonstra-se que no Brasil, a temática da educação financeira ainda é relativamente nova, mas que, após a sua formalização dentro do currículo escolar nacional, vêm contribuindo, ainda que de maneira tímida, como suporte para a população atentar-se para a importância da manipulação consciente do dinheiro, manter uma estabilidade econômica e a criação de um orçamento familiar. Tudo isso tem resultado na diminuição de endividamentos e a promoção de uma cultura de poupança.

No entanto, tais estratégias ainda necessitam de uma abordagem mais ampla, uma implementação prática dentro das escolas para que, além de compreender-se a sua importância,

seja efetivamente adotada pelas gerações formadoras, e assim, espera-se que com o crescimento da popularização da educação financeira no Brasil, ocorra a geração de uma população mais consciente e ativa no planejamento estratégico de suas finanças e ações monetárias e de consumo.

Portanto, o estudo possibilitou a verificação de um crescimento da temática da educação financeira no Brasil, mas que ainda necessita de ampla divulgação e estratégias de adoção para a prática das estratégias. As maiores dificuldades encontradas foram em relação a estudos que propusessem um delineamento mais claro sobre a investigação sobre a educação financeira, ou que externassem ações de validação de estratégias para população menos acessíveis em relação ao conhecimento da temática.

Sugere-se a continuidade dessas investigações, para além da evolução da educação financeira no Brasil, a identificação de alvos mais vulneráveis para estudos de impacto, no que diz respeito às ações estratégias educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. P. LUCENA, W. G. P. Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos. *E&G Economia e Gestão*, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, jan./abr. 2018.

BANCO BARI. **Qual a importância da educação financeira nas escolas?** Disponível em: <<https://bancobari.com.br/blog/educacao-financeira-escolas>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico). Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. O programa de educação financeira do Banco Central. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BECKER, K. L. **Ampliação do programa benefício de prestação continuada (BPC): Essencial para amenizar a pobreza urgente em tempos de pandemia.** Análise de conjuntura do Observatório Socioeconômico da COVID-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

BIROCHI, R.; POZZEBON, M. Improving financial inclusion: towards a critical financial education framework. *ERA*, v. 56, n. 3, maio-jun., p.266-287, 2016.

BLANCO, S. Planejamento Financeiro. Disponível em: <<https://orama-media.s3.amazonaws.com/ebooks/eBook-%C3%93rama-Planejamento-Financeiro.pdf?Signature=rCqUR5LHUqCcGRbQJwzwn8nixCE%3D&Expires=14217>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BRASIL, **Código Civil brasileiro.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm> Acesso em 17 out. 2021.

BRASIL, Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. Projeto de Lei nº306-A. Brasília, DF, 2007.

BRASIL, Presidência da República. Decreto de Lei nº 7397. Brasília, DF, 2010.

CAMARGO, R. Z.; JUNIOR, M. F.; STREHLAU, S. Vulnerabilidade e educação financeira: a visão de gerentes de banco. **RIMAR**, Maringá, v.10, n.2, p. 95-105, jul./dez. 2020.

CARRARO, W. B. W.; MEROLA, A. Percepções adquiridas numa capacitação em educação financeira para adultos. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 19, p. 414-435, jan./dez, 2018.

CARVALHO, L. A.; SCHOLZ, R. H. “Se vê o básico do básico, quando a turma rende”: cenário da educação financeira no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation**, v.6, n.2, jan./abr., 2019.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2003.

CNNBRASIL.COM. Home page de internet. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em: 17 outubro 2021.

COSTA, C.M.; MIRANDA, C.J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v.3, n.3, p.57-74, 2013.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Rev. Adm. Pública** 54 (4) • jul.-ago. 2020

DA SILVA, A. K. P. et al. FINANÇAS PESSOAIS: um estudo da relação entre a educação financeira e o endividamento dos servidores da Universidade Federal do Ceará. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v.11, n. 2, pp. 3189 - 3213, Julho/Dezembro, 2020.

DA SILVA, J. G.; NETO, O. S. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, mai./ago., 2017.

DE AMORIM, K. A. F. et al. A influência da educação financeira na inserção dos investidores no mercado de capitais brasileiro: um estudo com discentes da área de negócios. **RACE**, Joaçaba, v. 17, n. 2, p. 567-590, maio/ago., 2018.

DE SOUSA, M. A. B. et al. Um estudo a respeito da educação financeira dos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis da universidade federal de Mato Grosso do Sul, campus de três lagoas, v.17, n. 2, jul./dez, 2019.

DEL FIORI, D. et al. O efeito da educação financeira sobre a relação entre adimplência e trabalhadores na cidade de Manaus. **SINERGIA**, Rio Grande, v. 21, n. 2, p. 31-45, jul./dez, 2017.

DIAS, E. P.; DOS SANTOS, M. A importância da Educação Financeira nos conteúdos curriculares dos cursos. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços** v.11, n. 2, p. 3167 - 3188, jul./dez, 2020.

EXAME.COM. Home page de internet. Disponível em <<https://exame.com/economia/cndl-classe-c-desconhece-ferramentas-do-cartao-de-credito/>>. Acesso em: 17 outubro 2021.

EXTRA. Pesquisas mostram perfil dos endividados brasileiros, que não estão conseguindo quitar seus débitos. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/pesquisas-mostram-perfil-dos-endividados-brasileiros-que-nao-estao-conseguindo-quitar-seus-debitos-13502421.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

FUNDACRED. Home page de internet. Disponível em <<https://www.fundacred.org.br/site/2021/07/27/educacao-financeira-nas-escolas-o-desafio-de-ensinar-sobre-dinheiro-no-brasil/>> Acesso em: 17 outubro 2021.

GOV, Cresceu o número de microempreendedores individuais em 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020>

HOGARTH, J.M; HILGERT, A. Financial knowledge, experience and learning preferences: preliminary results from a survey on financial literacy. *Consumer Interests Annual*, v. 48, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1998). **População jovem no Brasil: a dimensão demográfica.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/come

IORIO, F. G.; ASSIS, V.; CHIROTTO, A. Nível de Conhecimento em Relação ao Planejamento Pessoal e Educação Financeira de Indivíduos da Cidade de São Paulo. **R. Liceu On-line**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 181-199, jul./dez. 2017.

ISAACSON, Walter. **Steve Jobs**, 2011, p. 300.

JAMES, T. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira.** 2015. 160f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

JORNAL EMPRESAS E NEGÓCIOS. **Maioria dos brasileiros vive no limite do orçamento (2019)** Disponível em: <https://jornalempresasenegocios.com.br/wp-content/uploads/2019/03/pagina_03_ed_3833.pdf> Acesso em 17 jul. 2021.

KATONA, George. **Psychological economics.** New York: Elsevier, 1975

LUQUET, M.; ASSEF, A. **20 lições essenciais para ter as contas em dia.** 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, José Pio. **Educação financeira ao alcance de todos.** São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MEC, **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>
. Acesso em: 14 nov. 2021.

MELO, Murilo Silva. Planejamento financeiro: por que é importante? Disponível em:
<<http://dinheirama.com/blog/2010/10/19/riqueza-ser-rico-sem-ser-milionario-ou-pensar-em-dinheiro/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MENDES, J.S. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Matemática Financeira) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

MESSIAS, J. F.; DA SILVA, J. U.; SILVA, P. H. C. Marketing, crédito & consumismo: impactos sobre o endividamento precoce dos jovens brasileiros. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), p. 43-59, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2015.

METTE, F.M. B. A Educação Financeira como um Instrumento Estratégico para dar Sustentabilidade ao Crescimento Econômico Brasileiro. **International Journal of Business & Marketing (IJBMT)**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 44–52, 2015.

METTE, F. M. B.; ARALDI, T.; ROHDE, L. A. Responsabilidade financeira: como a educação e a alfabetização financeira influenciam a inadimplência? Uma análise da classe C brasileira. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 18, n. 40, p. 76-88, set./dez. 2018.

MINELLA, J. M. et al. A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 18, p. 182-201, jan./dez, 2017.

OLIVEIRA, M. F. A. Educação financeira. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), p. 43-51, v. 2, n. 1, jan.-jun., 2013.

PEREIRA, Ricardo. O que podemos aprender com o insucesso financeiro. Disponível em:
<<https://dinheirama.com/o-que-podemos-aprender-com-o-insucesso-financeiro/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

RASSIER, L. H. **Conquiste sua liberdade financeira: organize suas finanças e faça o seu dinheiro trabalhar para você**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

RIBEIRO, C. T. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cad. EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2020.

RODRIGUES, K. L. S. et al. Consumo e consumidor minimalistas: um estudo exploratório. **REUNA**, Belo Horizonte - MG, Brasil, v. 26, n. 1, p. 1-21, jan./mar. 2021.

SBICCA, A. et al. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. **Revista Economia & Tecnologia (RET)** Vol. 8, Número 4, p. 05-16, out/dez 2012.

SEABRA, Rafael. 10 dicas para organizar sua vida financeira. Disponível em: <https://queroficarrico.com/blog/10-dicas-para-organizar-sua-vida-financeira/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, L. et al. Consumo de produtos tecnológicos: da funcionalidade ao status. **Marketing & Tourism Review**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, mai. - jun., 2020.

SILVA, T. et al. **Reflections**. Revista R RAUSP, v. 52, p. 285-303, 2017. Disponível em: <http://rausp.usp.br/> de Administração.

SPC BRASIL. 36% dos consumidores fazem compras para aliviar o estresse, aponta pesquisa do SPC Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/1207>>. Acesso em: 17 outubro 2021

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, Bruno Sousa Borges ; João Paulo Rodrigues Delmondes,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Evolução da Educação Financeira no Brasil: Uma
Análise Documental
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 20 de Dezembro de 2021.

Bruno Sousa Borges

Assinatura

João Paulo Rodrigues Delmondes

Assinatura